

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

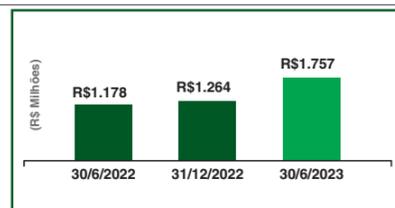
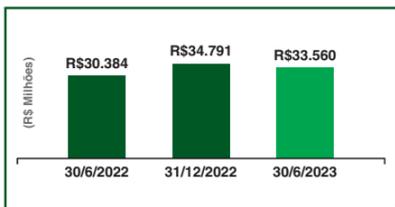
CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Instituição de Pagamento" ou "Companhia") relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da Administração: Nosso negócio demonstrou forte crescimento no primeiro semestre de 2023, balanceado com evolução positiva da rentabilidade. Nosso TPV transacionado atingiu R\$ 190,9 bilhões no primeiro semestre do ano crescendo 9,8% comparado ao mesmo período do ano anterior, com volume transacionado no nosso core de microempreendedores e PMEs (incluindo offline e online) crescendo 21,8% no mesmo período. No segundo trimestre de 2023, nosso TPV transacionado atingiu R\$ 97,4 bilhões, 7,4% acima do mesmo período do ano anterior, com volume transacionado no segmento de MPMEs de R\$ 83,3 bilhões, 19,3% maior comparado ao segundo trimestre de 2022, acima do guidance passado ao mercado e do crescimento de 5,2% registrado pela indústria de pagamentos no mesmo período. Além disso, atingimos 3,0 milhões de clientes ativos em pagamentos, dos quais 2,9 milhões são representados por clientes do nosso core, com adições líquidas positivas em todos os tiers. O TPV médio por cliente decresceu em relação ao ano anterior dado o crescimento acelerado do segmento de microempreendedores, que possui um TPV médio inferior comparado ao TPV médio dos clientes que usam as soluções da Stone e Pagar.me PMEs. O engajamento dos clientes com nossas soluções continua aumentando consistentemente. O número de contas digitais ativas de banking atingiu 1,7 milhões, crescendo 217,9% comparado ao ano mesmo período do ano anterior principalmente pelo lançamento da nossa solução completa de banking para os clientes Ton no primeiro trimestre de 2023. O saldo de depósitos atingiu R\$ 3,9 bilhões no segundo trimestre de 2023 e a receita média por cliente ativo de banking (ARPA) atingiu R\$ 25,3. Importante ressaltar que tais métricas tiveram suas evoluções impactadas pela mudança no mix da base de clientes de banking com o lançamento da "Super Conta Ton". Creditamos que estamos bem-posicionados para executar nossa estratégia, e continuar crescendo com evolução da margem. Continuamos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de

nosso negócio. **Total de ativos:** Em 30 de junho de 2023, os ativos totalizaram R\$ 33.560 milhões, apresentando uma diminuição de 3,54% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 34.791 milhões.



Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos: **Contas a receber de emissores:** O principal ativo da Stone Instituição de Pagamento refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 18.499 milhões em 30 de junho de 2023, representando uma diminuição de 10,55% em relação ao saldo de R\$ 20.681 milhões em 31 de dezembro de 2022. **Disponibilidades:** O saldo de disponibilidades passou de R\$ 377 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 1.569 milhões em 30 de junho de 2023. **Patrimônio líquido:** Em 30 de junho de 2023, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.757 milhões, representando um aumento de R\$ 493 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.264 milhões.

Resultado: No semestre de 30 de junho de 2023, a Stone Instituição de Pagamento totalizou um lucro de R\$ 273 milhões, representando um aumento em relação ao prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2022, no montante R\$ 83 milhões. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 2.554 milhões, líquido de impostos, no semestre findo em 30 de junho de 2023, um aumento de 33,4% em relação ao total de R\$ 1.915 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2022. O aumento deve-se principalmente ao crescimento da receita de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais, dado o ajuste na política comercial em resposta à alta da taxa Selic. **Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** O aumento das despesas com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, de R\$ 1.238 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2022, para R\$ 1.642 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2023, deve-se principalmente ao aumento de juros relacionado a cessão de recebíveis, dada a alta da Selic. **Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da Stone Instituição de Pagamento, reflexo do crescimento da Companhia. *A Administração.*

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2023			
Ativo	Nota	30/6/2023	31/12/2022
Circulante		30.096.492	31.273.428
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.569.420	377.004
Disponibilidades		1.569.420	377.004
Instrumentos financeiros		28.120.704	30.605.208
Títulos e valores mobiliários	5.1	9.271.105	9.711.065
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	4.247	191
Contas a receber de emissores	6	18.103.004	19.510.489
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	7	325.420	1.116.264
Depósitos no Banco Central	8	297.026	145.127
Rendas a receber	9	135.334	131.617
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11	(48.612)	(51.821)
Outros ativos diversos	10.1	33.180	42.276
Outros créditos		406.368	291.216
Despesas antecipadas	12	161.961	162.644
Impostos e contribuições a compensar		94.995	36.420
Imposto de renda a recuperar		54.068	48.061
Outros ativos diversos	10.2	95.344	44.091
Não circulante		3.463.882	3.517.962
Realizável a longo prazo		682.261	896.708
Instrumentos financeiros		166.902	282.985
Contas a receber de emissores	6	70.329	54.334
Rendas a receber	9	17.908	21.356
Outros ativos diversos	10.1	78.665	207.295
Outros créditos		515.359	613.723
Despesas antecipadas	12	73.243	118.660
Ativos fiscais diferidos	13.2	436.826	473.527
Outros ativos diversos	10.2	5.290	21.536
Investimentos		1.873.187	1.705.792
Participações em coligadas e controladas		1.859.646	1.690.640
Ágio na aquisição de investimentos		13.541	15.152
Imobilizado de uso		687.495	739.523
Instalações, móveis e equipamentos de uso		1.351.655	1.360.151
(-) Depreciação acumulada		(664.160)	(620.628)
Intangível		220.939	175.939
Ativos intangíveis		373.467	301.111
(-) Amortização acumulada		(152.528)	(125.172)
Total do ativo		33.560.374	34.791.390

Passivo e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
Passivo	Nota	30/6/2023	31/12/2022
Circulante		31.591.469	33.309.840
Depósitos e demais instrumentos financeiros		31.091.602	32.814.908
Depósitos	8	3.702.905	3.373.855
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	163	—
Obrigações por empréstimos	17	1.525.189	1.785.967
Contas a pagar a estabelecimentos	18	16.614.895	18.892.170
Obrigações vinculadas a cessão	7	323.222	1.098.758
Outros passivos diversos	19.3	8.925.228	7.664.158
Outras obrigações		499.867	494.932
Obrigações sociais e estatutárias	19.1	158.306	164.430
Provisão para pagamentos a efetuar	19.5	279.932	272.505
Impostos e contribuições a recolher	19.2	61.572	57.657
Outros passivos diversos		57	340
Não circulante		211.812	217.690
Instrumentos financeiros		7.386	24.152
Outros passivos diversos	19.3	7.386	24.152
Outras obrigações		204.426	193.538
Provisão para pagamentos a efetuar	19.5	9.385	24.795
Obrigações fiscais diferidas	13.2	159.211	147.203
Provisão para contingências	19.4	35.830	21.540
Patrimônio líquido		1.757.093	1.263.860
Capital social	20.1	1.069.445	869.445
Reserva de capital	20.2	346.302	263.209
Reserva legal	20.3	63.612	49.969
Reserva de lucros	20.4	394.307	199.895
Outros resultados abrangentes	20.6	(116.573)	(118.658)
Total do passivo e patrimônio líquido		33.560.374	34.791.390

Demonstração dos Resultados Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/6/2023	30/6/2022
Receitas operacionais		2.554.009	1.914.802
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		815.154	656.142
Receita líquida de aluguel de equipamentos		201.757	230.778
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		1.537.098	1.027.882
Resultado bruto da intermediação financeira		(837.635)	(812.305)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		898.489	605.732
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		1.717	(3.315)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	22	(1.642.139)	(1.238.461)
Despesas com operações de empréstimos	17	(95.702)	(176.261)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.456.469)	(1.331.280)
Custo dos serviços prestados	23	(332.069)	(261.168)
Despesas de pessoal	24	(594.927)	(528.013)
Despesas administrativas	25	(234.547)	(173.418)
Depreciação e amortização	14/15/16	(165.219)	(182.511)
Despesas de provisões	26	107	(27.761)
Outras receitas operacionais	27	19.831	11.086
Outras despesas operacionais	28	(149.645)	(169.495)
Resultado operacional		259.905	(228.783)
Resultado de participação em controladas e coligadas	14	150.461	69.618
Resultado não operacional	29	(33.357)	11.632
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		377.009	(147.533)
Imposto de renda e contribuição social		(65.683)	91.831
Imposto de renda e contribuição social correntes		(16.974)	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(48.709)	91.831
Participações no lucro		(38.467)	(27.651)
Lucro líquido/(prejuízo) do período		272.599	(83.353)
Lucro líquido/(prejuízo) por ação (R\$)		0,77	(0,54)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	195.212	49.969	200.118	(118.658)
Pagamento baseado em ações		—	58.026	—	—	58.026
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		—	7.576	—	—	7.576
Prejuízo do período		—	—	—	—	(83.353)
Absorção de prejuízos acumulados		—	—	—	(83.353)	(83.353)
Saldos em 30 de junho de 2022		869.445	260.814	49.969	116.765	(118.658)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		869.445	263.209	49.969	199.895	(118.658)
Aumento de capital	20.1	200.000	—	—	—	200.000
Pagamento baseado em ações	20.2	—	64.238	—	—	64.238
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	20.2	—	18.855	—	—	18.855
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável, líquida de impostos	20.6	—	—	—	—	2.085
Destinação do lucro líquido do semestre		—	—	—	—	272.859
Reserva legal	20.3	—	—	13.643	—	(13.643)
Dividendos a distribuir	20.5	—	—	—	—	(64.804)
Reservas de lucros	20.4	—	—	—	194.412	(194.412)
Saldos em 30 de junho de 2023		1.069.445	346.302	63.612	394.307	(116.573)

Demonstração dos Resultados Abrangentes Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/6/2023	30/6/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do período		272.599	(83.353)
Outros resultados abrangentes		2.085	—
Itens que serão reclassificados para o resultado		2.085	—
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável	5.3	2.085	—
Efeito tributário sobre item acima		—	—
Resultado abrangente do período		274.944	(83.353)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/6/2023	30/6/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do período		272.599	(83.353)
Ajustes ao lucro líquido:		(708.946)	(266.318)
Depreciação e amortização		165.219	192.511
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	48.709	(91.831)
Equivalência patrimonial	14	(150.461)	(69.618)
Receitas financeiras, líquidas		(815.679)	(395.056)
Provisão para contingências	26	19.251	2.210
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	26	22.735	37.942
Provisão (reversão) para perdas operacionais	26	(42.093)	(12.391)
Perda na baixa e alienação de bens		(20.865)	22.329
Ajuste a valor justo de título e valores mobiliários e derivativos		—	(440)
Pagamento baseado em ações	20.2	64.238	58.026
Variáveis nos ativos e passivos		1.874.670	468.448
Títulos e valores mobiliários		1.515.573	442.161
Contas a receber de emissores		2.976.679	2.233.510
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		847.793	699.815
Rendas a receber		(269)	(5.940)
Outros créditos diversos		18.149	(186.630)
Despesas antecipadas		46.100	(33.637)
Contas a pagar a estabelecimentos		(3.889.334)	(2.130.426)
Obrigações sociais e estatutárias		(70.929)	24.617
Impostos e contribuições a recolher		8.959	25.460
Obrigações vinculadas a cessão		(775.536)	(560.479)
Outros passivos diversos		1.406.335	209.339
Juros pagos e cessão de recebíveis		(1.816.840)	(1.325.092)
Juros recebidos		1.612.059	1.077.618
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.069)	(1.868)
Caixa líquido das atividades operacionais		1.438.583	118.777
Aquisição de imobilizado		(194.036)	(263.901)
Valor recebido pela venda de imobilizado		18.785	36.917
Aquisição de ativos intangíveis	16	(84.495)	(62.000)
Aquisição de subsidiária		—	(743)
Caixa líquido das atividades de investimento		(259.746)	(289.727)
Captação de empréstimos	17	2.798.221	2.749.992
Pagamento de empréstimos		(2.980.000)	(3.597.749)
Integralização de capital	20.1	200.000	—
Caixa líquido das atividades de financiamento		18.221	(847.757)
Variável cambial de caixa e equivalentes de caixa		(4.642)	(438)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.192.416	(1.019.145)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	377.004	1.126.454
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.569.420	107.309
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.192.416	(1,019.145)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e exercício findo em 31/12/2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Stone Instituição de Pagamento") com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 2101, 20º andar, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone Instituição de Pagamento também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas. A Stone Instituição de Pagamento obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central

... continuação

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

... continuação

vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. (iii) **Títulos disponíveis para venda** – títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii). O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações. 3.4 **Instrumentos financeiros derivativos**: A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mensura seus instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor de mercado, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, de acordo com suas respectivas classificações, conforme a seguir: (i) destinados a hedge de risco de mercado: ganhos e perdas são registrados no resultado do exercício; e (ii) destinados a hedge de fluxo de caixa: ganhos e perdas relacionados à parcela efetiva do hedge são registrados em Outros resultados abrangentes, e eventual parcela inefetiva é reconhecida no resultado do exercício. 3.5 **Transações de pagamento**: Nas transações de débito, a Stone Instituição de Pagamento paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento. 3.6 **Cessão de recebíveis**: De acordo com a Resolução do CMN nº 3.533/08 e alterações, créditos de recebíveis cedidos desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificados para rubrica específica no ativo "Contas a receber de emissores vinculadas a cessão" (Nota 7) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo "Obrigações vinculadas a cessão" (Nota 7). 3.7 **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**: As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia são constituídas para os títulos vencidos, com prazo superior a 30 dias vencidos e são provisionadas em sua totalidade. A provisão também contempla clientes que tenham algum indicio identificado de não recebimento (pedido de falência, cobrança judicial). 3.8 **Despesas antecipadas**: São reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidas na competência apropriada. 3.9 **Investimentos**: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada. Agio: O agio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O agio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. 3.10 **Ativo imobilizado de uso**: Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: • Pin Pad e POS – 20%; • Máquinas e aparelhos e equipamentos – 20%; • Equipamentos de informática – 10% – 20%; • Móveis e utensílios – 10%; • Beneficiárias em propriedades de terceiros – 20% – 33%; • Instalações – 10%; • Equipamentos de telefonia – 20%; • Veículos – 20%; 3.11 **Ativo intangível**: Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilização para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Software – 20%. • Licenças de uso de bandeiras – 20%; • Marcas e patentes – 5%. • Direito sobre contrato de representação – 33%. 3.12 **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)**: O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente. 3.13 **Provisão para imposto de renda e contribuição social**: A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável. 3.14 **Impostos diferidos**: O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. A prática utilizada para o imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados estão de acordo com a Resolução BCB nº 15/20. 3.15 **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**: As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. • Provisões trabalhistas – Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. • Provisões civis – Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. • Provisões fiscais – Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim o parecer de consultores jurídicos externos. 3.16 **Aprovação do resultado**: As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado: • "Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços": refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações; • "Receita líquida de aluguel de equipamentos": refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone Instituição de Pagamento, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e • "Receita líquida por antecipação de recebíveis de transações de pagamento": refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. 3.16.2 **Resultado bruto da intermediação financeira**: • "Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários": receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; • "Resultado com instrumentos financeiros derivativos": ganhos e perdas relacionados às operações de hedge de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de hedge de fluxo de caixa; • "Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros": registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente; • "Despesas com operações de empréstimos": despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia. 3.17 **Custos para obtenção dos contratos**: A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linearmente durante a vida esperada dos estabelecimentos. O prazo de amortização são 25 meses. 3.18 **Pagamento baseado em ações**: A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseadas no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 3.19 **Resultado não recorrente**: Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado

incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2023 e 2022 não houve resultado classificado como não recorrente. 3.20 **Normas emitidas pelo BACEN**: 3.20.1 Normas com vigência futura: • Resolução BCB nº 219/22: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge, substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN nº 3.833/17). A Companhia elaborou um plano no qual planejou implementar sistemas mais robustos, processos, roteiros contábeis e soluções inovadoras, para atender toda exigência regulatória do nosso mercado financeiro de forma prospectiva tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. • Resolução BCB nº 178 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2), que traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025. • Resolução BCB nº 255: Altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. • Resolução BCB nº 309: Estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025. • Instrução Normativa BCB 343: Esta Instrução Normativa cria e altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), criando novos subgrupos para transações de pagamentos, valores a receber relativos a transações de pagamento, créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento, rendas de serviços especiais e rendas por serviços de pagamento, com entrada em vigor em 1º de julho de 2023. • Instrução Normativa BCB 386: Esta Instrução Normativa altera as Instruções Normativas BCB nºs. 268, 272 e 275, todas de 1º de abril de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para registro de exposição cambial decorrente de compromissos futuros e incluir atributo em conta para registro de títulos disponíveis para venda no patrimônio líquido e de valores a receber relativos a transações de pagamentos, com entrada em vigor em 1º de julho de 2023.

4. **Caixa e equivalentes de caixa**

	30/6/2023	31/12/2022
Disponibilidades – em moeda nacional	1.567.160	327.883
Disponibilidades – em moeda estrangeira	2.260	49.121
	1.569.420	377.004

5. **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – 5.1 Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários**: Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	30/6/2023	31/12/2022
Títulos de renda fixa (a)	3.850.295	3.339.457
Contas de fundo de investimento – FIDC TAPSO (b)	5.154.003	6.084.475
Contas de fundo de investimento – FIDC TAPSO II (b)	703	697
Contas de fundo de investimento – FIDC SOMA (c)	1.127	27.470
Contas de fundo de investimento – FIDC AR III (d)	264.887	258.966
	9.271.105	9.711.065

(a) Os títulos de renda fixa referem-se a títulos de Letra Financeira do Tesouro com vencimento em até 90 dias. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizados ao mercado através de órgão oficiais (BS,

Nacional US\$	Nacional R\$	Taxa em R\$	Data da transação	Data de vencimento	Valor justo em 30/6/2023	Valor justo em 31/12/2022
50.000	248.250	CDI + 1,80%	22/5/2023	22/11/2023	4.223	2.138

(b) Reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica "Resultado com instrumentos financeiros derivativos". (c) Reconhecido no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". O saldo da reserva de hedge de fluxo de caixa em 30 de junho de 2023 é um ganho de R\$ 2.085. 5.3.2 **Outros instrumentos financeiros derivativos**: A Companhia efetuou operações de hedge econômico, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward ("NDF"), para proteção de exposição cambial de passivos junto a fornecedores no exterior. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02 e alterações, os saldos decorrentes dessas operações são ajustados periodicamente pelo seu valor de mercado e os ganhos e perdas resultantes são computados no resultado do período. Em 30 de junho de 2023, a Stone Cobria o notional de € 570 da variação entre € 2.039 e 5.414 de reais por cada 1,00 Euro. Os contratos de NDF têm vencimento até agosto de 2023. Em 30 de junho de 2023 os valores referentes a NDF eram de R\$ 24 no ativo e R\$ 163 no passivo (R\$ 191 em 31 de dezembro de 2022). No semestre findo em 30 de junho de 2023, o valor referente a esses derivativos reconhecido no resultado foi uma perda de R\$ 421 (perda de R\$ 1.284 no semestre encerrado em 30 de junho de 2022). 6. **Contas a receber de emissores** – Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, correspondem a R\$ 18.173.333 em 30 de junho de 2023 (R\$ 19.564.823 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 18.103.004 em curto prazo e R\$ 70.329 em longo prazo (R\$ 19.510.489 em curto prazo e R\$ 54.334 no longo prazo em 31 de dezembro de 2022). 7. **Contas a receber e Obrigações vinculadas a cessão** – Os recebíveis de emissores de cartões detidos pela Stone Instituição de Pagamento que foram cedidos para FIDC com retenção substancial de riscos e benefícios, são mantidos no balanço patrimonial, sendo também reconhecida uma obrigação por repasse ou antecipação dos recursos. Em 30 de junho de 2023, a Stone detinha R\$ 325.420 em recebíveis cedidos com coobrigação (R\$ 1.116.264 em 31 de dezembro de 2022), além de um valor de obrigações vinculadas a essas cessões no valor de R\$ 323.222 (R\$ 1.098.758 em 31 de dezembro de 2022). 8. **Depósitos** – A Stone Instituição de Pagamento possui saldo de moeda eletrônica mantido em contas pagamento, que constitui patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição de pagamento, no montante de R\$ 3.702.905 em 30 de junho de 2023 (R\$ 3.373.855 em 31 de dezembro de 2022). Conforme exigido pela Resolução BCB nº 80/21, de 25 de março de 2021, tais valores foram aplicados em depósitos em moeda eletrônica no BACEN no montante de R\$ 297.026 (R\$ 145.127 em 31 de dezembro de 2022) e em títulos públicos no montante de R\$ 3.830.259 (R\$ 3.319.421 em 31 de dezembro de 2022), classificados como títulos de renda fixa para negociação, vinculados a prestação de garantia. 9. **Rendas a receber** – As rendas a receber de transações de pagamento referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos do aluguel de equipamentos e prestação de serviços de transação financeira. O montante é de R\$ 153.242, sendo R\$ 135.334 no curto prazo e R\$ 17.908 no longo prazo em 30 de junho de 2023 (R\$ 152.973, sendo R\$ 131.617 no curto prazo e R\$ 21.356 no longo prazo em 31 de dezembro de 2022). 10. **Outros ativos diversos** – 10.1 **Instrumentos financeiros**

	30/6/2023	31/12/2022
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 30)	77.657	207.690
Valores a receber de clientes por chargeback	30.488	26.786
Valores a receber das bandeiras	2.797	9.929
Outros	903	5.766
	111.845	249.571
Circulante	33.180	42.276
Não Circulante	78.665	207.295

10.2 **Outros créditos**

	30/6/2023	31/12/2022
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	78.101	29.193
Devedores por depósitos em garantia	15.676	15.476
Dividendos a receber (Nota 30)	2.022	1.712
Outros	4.844	19.246
	100.634	65.627
Circulante	95.344	44.091
Não circulante	5.290	21.536

11. **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** – As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas principalmente para os produtos de aluguel de POS e Chargeback.

	30/6/2023	30/6/2022
Saldo inicial	(51.821)	(36.768)
Adições	(30.347)	(50.147)
Reversões	7.612	12.205
Baixas	25.944	22.699
Saldo final	(48.612)	(52.011)

	Participação societária				Ágio sobre aquisição	Total
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD	PDCA		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.521.033	139.845	504.415	1.195.169	—	3.379.231
Aumento/ Redução de capital	(150.000)	—	150.000	—	—	—
Amortização de ágio	—	—	—	—	(18.743)	(18.743)
Equivalência patrimonial	88.373	(65.413)	12.909	33.752	(3)	69.618
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.284	3.175	71	3.046	—	7.576
Distribuição de dividendos	(123)	—	(123)	—	—	(246)
Saldo em 30 de junho de 2022	1.460.690	77.607	667.272	1.231.967	(3)	3.437.559
Saldo em 31 de dezembro de 2022	864.257	132.743	693.636	—	4	1.705.792
Amortização de ágio	—	—	—	—	(1.611)	(1.611)
Equivalência patrimonial	32.808	85.442	32.622	—	(411)	150.461
Reflexo de pagamento baseado em ações	9.621	9.016	98	—	120	18.855
Distribuição de dividendos	(310)	—	(310)	—	—	(620)
Saldo em 30 de junho de 2023	906.686	227.201	726.046	—	(287)	1.873.187

MNLT S.A. ("MNLT"): Em 22 de abril de 2016, a Stone Instituição de Pagamento adquiriu 100% do capital da MNLT, na qual a Stone Instituição de Pagamento adquiriu 100% da Stone Soluções de Pagamentos S.A., uma empresa de soluções de pagamento formada em 2012 como uma joint venture entre Elavon Inc., subsidiária da U.S. Bankcorp, e o Citibank, subsidiária do Citigroup. A

BACEN e etc.). As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC" ou, coletivamente "FIDCs"). Os FIDCs são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Genial S.A. (b) O TAPSO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O FIDC TAPSO pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladoras (99,9% em 31 de dezembro de 2022), sendo que em 30 de junho de 2023, a Stone Instituição de Pagamento detém participação de 22,9% das cotas (36,9% em 31 de dezembro de 2022), a subsidiária MNLT S.A. ("MNLT") 4,1% (5,0% em 31 de dezembro de 2022) e a subsidiária Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me") 52,1% (32,4% em 31 de dezembro de 2022). Já o TAPSO II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO II") iniciou suas atividades em 10 de setembro de 2021, com o mesmo objetivo do FIDC TAPSO. O fundo pertence 100% ao Grupo StoneCo, sendo que em 30 de junho de 2023, a Stone Instituição de Pagamento detém participação de 100% das cotas (100% em 31 de dezembro de 2022). (c) Em outubro de 2019 foi constituído o SOMA Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Standardizados ("FIDC SOMA"), com o objetivo de adquirir cédulas de crédito bancário devidas por estabelecimentos comerciais clientes da Stone Instituição de Pagamento e sob forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração das classes de cotas ou em caso de liquidação do FIDC SOMA. O FIDC SOMA tem prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral. A Stone Instituição de Pagamento detém 50,3% das cotas do FIDC SOMA em 30 de junho de 2023 (50,3% em 31 de dezembro de 2022). (d) Em 21 de julho de 2020 foi constituído o FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito – Stone III ("FIDC AR III") para ser utilizado como fonte de captação de recursos. O FIDC AR III foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de 20 anos, regidos pela Resolução do CMN nº 2.907/01 e alterações, pela Instrução CVM nº 356/01 e alterações, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Stone Instituição de Pagamento é detentora de 45,3% de cotas em 30 de junho de 2023 (21,3% em 31 de dezembro de 2022). Os FIDCs devem manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas estão de acordo com as normas adotadas no Brasil e com critérios determinados pelo BACEN. Apesar da duração dos FIDCs ser de 20 anos ou duração indeterminada, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante. 5.2 **Abertura por faixa de vencimento dos títulos e valores mobiliários**

	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Livres			
Cotas de fundo de investimento – FIDCs	—	5.420.810	5.420.810
Vinculados a prestação de garantias			
Títulos de renda fixa	3.850.295	—	3.850.295
	3.850.295	5.420.810	9.271.105
			31/12/2022
Livres			
Cotas de fundo de investimento – FIDCs	—	6.371.608	6.371.608
Vinculados a prestação de garantias			
Títulos de renda fixa	3.339.457	—	3.339.457
	3.339.457	6.371.608	9.711.065

5.3 **Instrumentos financeiros derivativos: 5.3.1 Swap**: Em maio de 2023, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos na modalidade de cross-currency swap para cobertura de empréstimos captados no exterior, sujeitos à exposição cambial (Nota 17). As operações foram designadas para contabilidade de hedge e classificadas como hedge de fluxo de caixa para cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa dos empréstimos bancários denominados em dólares devido a mudanças na taxa de câmbio. Os detalhes dos contratos e sua posição financeira em 30 de junho de 2023 são apresentados a seguir.

12. **Despesas antecipadas** – Em 30 de junho de 2023, o montante de despesas antecipadas é de R\$ 235.204, sendo R\$ 161.961 no curto prazo e R\$ 73.243 no longo prazo (R\$ 281.304, sendo R\$ 162.644 no curto prazo e R\$ 118.660 no longo prazo em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$ 79.682 refere-se a custo de obtenção de contratos (R\$ 63.442 em 31 de dezembro de 2022) e o restante referem-se substancialmente a valores com propaganda e publicidade. 13. **Imposto de renda e contribuição social – 13.1 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social**

	30/6/2023	30/6/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	377.009	(147.533)
Alíquotas vigentes (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(128.183)	50.161
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Participações no lucro	13.079	9.401
Resultado de participação em controladas e coligadas	51.157	23.670
Amortização de ágio	(491)	6.097
Outras despesas permanentes	(1.245)	2.502
Imposto de renda e contribuição social	(65.683)	91.831
Impostos correntes	(16.974)	—
Impostos diferidos	(48.709)	91.831
Imposto de renda e contribuição social	(65.683)	91.831

13.2 **Impostos diferidos**: Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício.

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação	Saldo em 30/6/2023
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	243.325	(5.354)	237.971
Provisão para participações nos lucros	52.434	(23.806)	28.628
Perdas em processo de documentação	36.577	(23.913)	12.664
Ágio dedutível	24.451	(6.113)	18.338
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	16.898	(779)	16.119
Provisão para pagamento baseado em ações	13.684	6.1	

Stone Instituição de Pagamentos S.A.																																																																																																													
<p>100% da MNL foi de R\$ 1,00 (um real). O patrimônio líquido negativo da MNL na data da aquisição era R\$ 188.918, o que gerou um ágio na aquisição do investimento. A MNL obteve o registro em 11 de fevereiro de 2022 na categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Em AGE aprovada 18 de maio de 2022, a MNL reduziu capital em R\$ 150.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.174.655, sem o cancelamento de ações. Em AGE aprovada 25 de julho de 2022, a MNL reduziu capital em R\$ 650.000, passando a ter um capital social de R\$ 524.655, sem o cancelamento de ações. Em 30 de junho de 2023, o capital social da MNL, é representado por 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais nominativas, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 524.653 totalmente subscrito e integralizado. Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me"): Em decorrência da incorporação da parcela residual da StoneCo Brasil, em 4 de dezembro de 2019, a Stone Instituição de Pagamento passou a ser detentora de 100% das ações ordinárias da Pagar.me, empresa constituída em julho de 2013, tendo como principal objeto a prestação de serviços de tecnologia em gestão de pagamento. Os valores dos dividendos a receber de R\$ 11.769 referentes ao exercício de 2021 (R\$ 9.181) e 2020 (R\$ 2.588), foram pagos em novembro de 2022 e agosto de 2022 respectivamente. Em AGE aprovada 16 de setembro de 2022, a Pagar.me aumentou capital em R\$ 40.000, passando a ter um capital social de R\$ 92.276. Em 30 de junho de 2023 o capital social da Pagar.me, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 92.276, dividido em 80.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD"): Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCD, enquadrada no Segmento S5, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. Além desses, a Stone SCD pode prestar apenas os seguintes serviços: (i) análise e cobrança de crédito para terceiros; (ii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações realizadas; e (iii) emissão de moeda eletrônica. Em 22 de fevereiro de 2022 a Stone SCD recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de fevereiro de 2022, no valor total de R\$ 150.000, mediante a emissão de 150.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento na data da AGE. Em 30 de junho de 2023, o capital social da Stone SCD, é representado por 651.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 651.000 totalmente subscrito e integralizado. PDCA S.A. ("PDCA"): A PDCA, constituída em 20 de agosto de 2019, empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamento e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"). Conforme contrato de compra e venda a Stone Instituição de Pagamento pagou o valor de R\$ 995.722 no mês de julho de 2021, com um complemento de R\$ 5.213 para as empresas vendedoras STNE Participações S.A. e StoneCo Ltd., totalizando um valor de R\$ 1.000.935. Em AGE aprovada 15 de agosto de 2022, a PDCA reduziu capital em R\$ 770.000, sem o cancelamento de ações, passando a ter um capital social de R\$ 247.888, representado por 1.017.887.626 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Em 14 de setembro de 2022, a PDCA foi vendida pela Stone Instituição de Pagamento e passou a ser controlada pela Pagar.me. Em 30 de setembro de 2022, o capital social da PDCA, era representado por 1.017.887.626 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 247.888. Em 18 de outubro de 2022 ocorreu a incorporação da PDCA pela Pagar.me, na qual o patrimônio líquido incorporado foi de R\$ 518.407. Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Cartões"): A Stone Cartões, anteriormente denominada como STN Benefícios S.A. foi constituída em 26 de agosto de 2019. Em maio de 2022 a controladora STNE Participações S.A. legítima proprietária de 999 ações ordinárias, representativas de 99,9% do capital social da Stone Cartões, vendeu a totalidade dessas ações para a Stone Instituição de Pagamento, por R\$ 1 totalmente pagos, tornando-a a nova controladora da Stone Cartões. Em 30 de junho de 2022, o capital social da Stone Cartões, é representado por 1.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 1 totalmente subscrito e integralizado. Em AGE de 29 de agosto de 2022, a Stone Cartões aprovou a integralização de capital em R\$ 20.000, do qual foi integralizado até o momento R\$ 400, passando a ter um capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 401. Em 30 de junho de 2023, o capital social da Stone Cartões, é representado por 20.001.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 20.001.</p>																																																																																																													
<p>15. Imobilizado de uso</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Saldo em 31/12/2022</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>Saldo em 30/6/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pinpad e POS</td> <td>1.202.974</td> <td>60.471 (77.248)</td> <td>—</td> <td>1.186.197</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e aparelhos e equipamentos</td> <td>11.848</td> <td>1.164 (843)</td> <td>—</td> <td>12.169</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>69.025</td> <td>6.067 (5)</td> <td>—</td> <td>75.087</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>11.686</td> <td>177 (406)</td> <td>—</td> <td>11.457</td> </tr> <tr> <td>Beneficiárias em propriedades de terceiros</td> <td>24.081</td> <td>31</td> <td>—</td> <td>24.112</td> </tr> <tr> <td>Instalações</td> <td>3.795</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>3.795</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de telefonia</td> <td>6.097</td> <td>2.096</td> <td>—</td> <td>8.193</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>30.645</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>30.645</td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td>1.360.151</td> <td>70.006 (78.502)</td> <td>—</td> <td>1.351.655</td> </tr> <tr> <td>Pinpad e POS</td> <td>(545.980)</td> <td>(123.856)</td> <td>92.208</td> <td>(577.628)</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e aparelhos e equipamentos</td> <td>(12.479)</td> <td>(170)</td> <td>—</td> <td>(12.649)</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>(36.774)</td> <td>(6.455)</td> <td>2</td> <td>(43.227)</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>(3.619)</td> <td>(583)</td> <td>166</td> <td>(4.036)</td> </tr> <tr> <td>Beneficiárias em propriedades de terceiros</td> <td>(9.236)</td> <td>(2.389)</td> <td>—</td> <td>(11.625)</td> </tr> <tr> <td>Instalações</td> <td>(887)</td> <td>(193)</td> <td>—</td> <td>(1.080)</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de telefonia</td> <td>(5.695)</td> <td>(732)</td> <td>—</td> <td>(6.427)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>(5.958)</td> <td>(1.533)</td> <td>—</td> <td>(7.491)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação acumulada</td> <td>(620.628)</td> <td>(135.908)</td> <td>92.376</td> <td>(664.160)</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado de uso</td> <td>739.523</td> <td>(65.902)</td> <td>13.874</td> <td>687.495</td> </tr> </tbody> </table>											Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 30/6/2023	Pinpad e POS	1.202.974	60.471 (77.248)	—	1.186.197	Máquinas e aparelhos e equipamentos	11.848	1.164 (843)	—	12.169	Equipamentos de informática	69.025	6.067 (5)	—	75.087	Móveis e utensílios	11.686	177 (406)	—	11.457	Beneficiárias em propriedades de terceiros	24.081	31	—	24.112	Instalações	3.795	—	—	3.795	Equipamentos de telefonia	6.097	2.096	—	8.193	Veículos	30.645	—	—	30.645	Custo	1.360.151	70.006 (78.502)	—	1.351.655	Pinpad e POS	(545.980)	(123.856)	92.208	(577.628)	Máquinas e aparelhos e equipamentos	(12.479)	(170)	—	(12.649)	Equipamentos de informática	(36.774)	(6.455)	2	(43.227)	Móveis e utensílios	(3.619)	(583)	166	(4.036)	Beneficiárias em propriedades de terceiros	(9.236)	(2.389)	—	(11.625)	Instalações	(887)	(193)	—	(1.080)	Equipamentos de telefonia	(5.695)	(732)	—	(6.427)	Veículos	(5.958)	(1.533)	—	(7.491)	Depreciação acumulada	(620.628)	(135.908)	92.376	(664.160)	Imobilizado de uso	739.523	(65.902)	13.874	687.495
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 30/6/2023																																																																																																									
Pinpad e POS	1.202.974	60.471 (77.248)	—	1.186.197																																																																																																									
Máquinas e aparelhos e equipamentos	11.848	1.164 (843)	—	12.169																																																																																																									
Equipamentos de informática	69.025	6.067 (5)	—	75.087																																																																																																									
Móveis e utensílios	11.686	177 (406)	—	11.457																																																																																																									
Beneficiárias em propriedades de terceiros	24.081	31	—	24.112																																																																																																									
Instalações	3.795	—	—	3.795																																																																																																									
Equipamentos de telefonia	6.097	2.096	—	8.193																																																																																																									
Veículos	30.645	—	—	30.645																																																																																																									
Custo	1.360.151	70.006 (78.502)	—	1.351.655																																																																																																									
Pinpad e POS	(545.980)	(123.856)	92.208	(577.628)																																																																																																									
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(12.479)	(170)	—	(12.649)																																																																																																									
Equipamentos de informática	(36.774)	(6.455)	2	(43.227)																																																																																																									
Móveis e utensílios	(3.619)	(583)	166	(4.036)																																																																																																									
Beneficiárias em propriedades de terceiros	(9.236)	(2.389)	—	(11.625)																																																																																																									
Instalações	(887)	(193)	—	(1.080)																																																																																																									
Equipamentos de telefonia	(5.695)	(732)	—	(6.427)																																																																																																									
Veículos	(5.958)	(1.533)	—	(7.491)																																																																																																									
Depreciação acumulada	(620.628)	(135.908)	92.376	(664.160)																																																																																																									
Imobilizado de uso	739.523	(65.902)	13.874	687.495																																																																																																									
<p>16. Intangível</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Saldo em 31/12/2022</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>Saldo em 30/6/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Software</td> <td>294.691</td> <td>84.495 (12.139)</td> <td>—</td> <td>367.047</td> </tr> <tr> <td>Licenças de uso de bandeiras</td> <td>5.674</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>5.674</td> </tr> <tr> <td>Marcas e patentes</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Direito sobre contrato de representação</td> <td>726</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>726</td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td>301.111</td> <td>84.495 (12.139)</td> <td>—</td> <td>373.467</td> </tr> <tr> <td>Software</td> <td>(118.786)</td> <td>(27.683)</td> <td>344</td> <td>(146.125)</td> </tr> <tr> <td>Licenças de uso de bandeiras</td> <td>(5.657)</td> <td>(17)</td> <td>—</td> <td>(5.674)</td> </tr> <tr> <td>Marcas e patentes</td> <td>(3)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Direito sobre contrato de representação</td> <td>(726)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(726)</td> </tr> <tr> <td>Amortização acumulada</td> <td>(125.172)</td> <td>(27.700)</td> <td>344</td> <td>(152.528)</td> </tr> <tr> <td>Intangível</td> <td>175.939</td> <td>56.795 (11.795)</td> <td>—</td> <td>220.939</td> </tr> </tbody> </table>											Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 30/6/2023	Software	294.691	84.495 (12.139)	—	367.047	Licenças de uso de bandeiras	5.674	—	—	5.674	Marcas e patentes	20	—	—	20	Direito sobre contrato de representação	726	—	—	726	Custo	301.111	84.495 (12.139)	—	373.467	Software	(118.786)	(27.683)	344	(146.125)	Licenças de uso de bandeiras	(5.657)	(17)	—	(5.674)	Marcas e patentes	(3)	—	—	(3)	Direito sobre contrato de representação	(726)	—	—	(726)	Amortização acumulada	(125.172)	(27.700)	344	(152.528)	Intangível	175.939	56.795 (11.795)	—	220.939																																								
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 30/6/2023																																																																																																									
Software	294.691	84.495 (12.139)	—	367.047																																																																																																									
Licenças de uso de bandeiras	5.674	—	—	5.674																																																																																																									
Marcas e patentes	20	—	—	20																																																																																																									
Direito sobre contrato de representação	726	—	—	726																																																																																																									
Custo	301.111	84.495 (12.139)	—	373.467																																																																																																									
Software	(118.786)	(27.683)	344	(146.125)																																																																																																									
Licenças de uso de bandeiras	(5.657)	(17)	—	(5.674)																																																																																																									
Marcas e patentes	(3)	—	—	(3)																																																																																																									
Direito sobre contrato de representação	(726)	—	—	(726)																																																																																																									
Amortização acumulada	(125.172)	(27.700)	344	(152.528)																																																																																																									
Intangível	175.939	56.795 (11.795)	—	220.939																																																																																																									
<p>17. Obrigações por empréstimos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Saldo em 31/12/2022</th> <th>Captações</th> <th>Paga-mentos</th> <th>Variação Cambial</th> <th>Juros incorridos</th> <th>Saldo em 30/6/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Empréstimos em moeda nacional (a)</td> <td>1.785.967</td> <td>2.549.971 (3.154.701)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>89.491</td> <td>1.270.728</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos no exterior (b)</td> <td>—</td> <td>248.250</td> <td>—</td> <td>4.748</td> <td>1.463</td> <td>254.461</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.785.967</td> <td>2.798.221 (3.154.701)</td> <td>—</td> <td>4.748</td> <td>90.954</td> <td>1.525.189</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>1.785.967</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>1.785.967</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> </tbody> </table>											Saldo em 31/12/2022	Captações	Paga-mentos	Variação Cambial	Juros incorridos	Saldo em 30/6/2023	Empréstimos em moeda nacional (a)	1.785.967	2.549.971 (3.154.701)	—	—	89.491	1.270.728	Empréstimos no exterior (b)	—	248.250	—	4.748	1.463	254.461	Total	1.785.967	2.798.221 (3.154.701)	—	4.748	90.954	1.525.189	Circulante	1.785.967	—	—	—	—	1.785.967	Não circulante	—	—	—	—	—	—																																																										
	Saldo em 31/12/2022	Captações	Paga-mentos	Variação Cambial	Juros incorridos	Saldo em 30/6/2023																																																																																																							
Empréstimos em moeda nacional (a)	1.785.967	2.549.971 (3.154.701)	—	—	89.491	1.270.728																																																																																																							
Empréstimos no exterior (b)	—	248.250	—	4.748	1.463	254.461																																																																																																							
Total	1.785.967	2.798.221 (3.154.701)	—	4.748	90.954	1.525.189																																																																																																							
Circulante	1.785.967	—	—	—	—	1.785.967																																																																																																							
Não circulante	—	—	—	—	—	—																																																																																																							
<p>18. Contas a pagar estabelecimentos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a pagar</td> <td>16.548.857</td> <td>18.833.963</td> </tr> <tr> <td>Intenções de pagamentos</td> <td>65.995</td> <td>58.139</td> </tr> <tr> <td>Créditos retidos</td> <td>43</td> <td>68</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>16.614.895</td> <td>18.892.170</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	31/12/2022	Contas a pagar	16.548.857	18.833.963	Intenções de pagamentos	65.995	58.139	Créditos retidos	43	68	Total	16.614.895	18.892.170																																																																																					
	30/6/2023	31/12/2022																																																																																																											
Contas a pagar	16.548.857	18.833.963																																																																																																											
Intenções de pagamentos	65.995	58.139																																																																																																											
Créditos retidos	43	68																																																																																																											
Total	16.614.895	18.892.170																																																																																																											
<p>19. Outras obrigações</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>19.1 Obrigações sociais e estatutárias</td> <td>38.467</td> <td>88.565</td> </tr> <tr> <td>Provisão para participações nos lucros</td> <td>70.121</td> <td>5.317</td> </tr> <tr> <td>Dividendos e bonificações a pagar</td> <td>45.733</td> <td>65.651</td> </tr> <tr> <td>Provisão para bônus e prêmios</td> <td>3.985</td> <td>4.897</td> </tr> <tr> <td>Outras provisões trabalhistas</td> <td>158.306</td> <td>164.430</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>30.971</td> <td>37.805</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	31/12/2022	19.1 Obrigações sociais e estatutárias	38.467	88.565	Provisão para participações nos lucros	70.121	5.317	Dividendos e bonificações a pagar	45.733	65.651	Provisão para bônus e prêmios	3.985	4.897	Outras provisões trabalhistas	158.306	164.430	Total	30.971	37.805																																																																															
	30/6/2023	31/12/2022																																																																																																											
19.1 Obrigações sociais e estatutárias	38.467	88.565																																																																																																											
Provisão para participações nos lucros	70.121	5.317																																																																																																											
Dividendos e bonificações a pagar	45.733	65.651																																																																																																											
Provisão para bônus e prêmios	3.985	4.897																																																																																																											
Outras provisões trabalhistas	158.306	164.430																																																																																																											
Total	30.971	37.805																																																																																																											
<p>19.2 Impostos e contribuições a recolher</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PIS e COFINS a recolher</td> <td>30.971</td> <td>37.805</td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições a pagar</td> <td>13.868</td> <td>19.838</td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar</td> <td>16.723</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>IOF a recolher</td> <td>10</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>61.572</td> <td>57.657</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	31/12/2022	PIS e COFINS a recolher	30.971	37.805	Impostos e contribuições a pagar	13.868	19.838	Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	16.723	—	IOF a recolher	10	14	Total	61.572	57.657																																																																																		
	30/6/2023	31/12/2022																																																																																																											
PIS e COFINS a recolher	30.971	37.805																																																																																																											
Impostos e contribuições a pagar	13.868	19.838																																																																																																											
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	16.723	—																																																																																																											
IOF a recolher	10	14																																																																																																											
Total	61.572	57.657																																																																																																											
<p>19.3 Outros passivos diversos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>19.3.1 Instrumentos Financeiros</td> <td>8.740.258</td> <td>7.450.035</td> </tr> <tr> <td>Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 30)</td> <td>95.381</td> <td>92.459</td> </tr> <tr> <td>Repasses a bandeira</td> <td>96.975</td> <td>145.816</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>8.932.614</td> <td>7.688.310</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>8.925.228</td> <td>7.664.158</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>7.386</td> <td>24.152</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	31/12/2022	19.3.1 Instrumentos Financeiros	8.740.258	7.450.035	Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 30)	95.381	92.459	Repasses a bandeira	96.975	145.816	Outros	8.932.614	7.688.310	Circulante	8.925.228	7.664.158	Não circulante	7.386	24.152																																																																															
	30/6/2023	31/12/2022																																																																																																											
19.3.1 Instrumentos Financeiros	8.740.258	7.450.035																																																																																																											
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 30)	95.381	92.459																																																																																																											
Repasses a bandeira	96.975	145.816																																																																																																											
Outros	8.932.614	7.688.310																																																																																																											
Circulante	8.925.228	7.664.158																																																																																																											
Não circulante	7.386	24.152																																																																																																											
<p>19.4 Provisão para contingências - Passivos contingentes classificados como perdas prováveis: As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Trabalhista</th> <th>Cível</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td>171</td> <td>6.791</td> <td>6.962</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td>288</td> <td>6.189</td> <td>6.477</td> </tr> <tr> <td>Reversões</td> <td>(38)</td> <td>(4.229)</td> <td>(4.267)</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos</td> <td>(158)</td> <td>(547)</td> <td>(705)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 30 de junho de 2022</td> <td>263</td> <td>8.204</td> <td>8.467</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2022</td> <td>4.623</td> <td>16.917</td> <td>21.540</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td>6.392</td> <td>15.893</td> <td>22.285</td> </tr> <tr> <td>Reversões</td> <td>(425)</td> <td>(2.609)</td> <td>(3.034)</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos</td> <td>(168)</td> <td>(4.793)</td> <td>(4.961)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 30 de junho de 2023</td> <td>10.422</td> <td>25.408</td> <td>35.830</td> </tr> </tbody> </table>											Trabalhista	Cível	Total	Saldo em 31 de dezembro de 2021	171	6.791	6.962	Adições	288	6.189	6.477	Reversões	(38)	(4.229)	(4.267)	Pagamentos	(158)	(547)	(705)	Saldo em 30 de junho de 2022	263	8.204	8.467	Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.623	16.917	21.540	Adições	6.392	15.893	22.285	Reversões	(425)	(2.609)	(3.034)	Pagamentos	(168)	(4.793)	(4.961)	Saldo em 30 de junho de 2023	10.422	25.408	35.830																																																								
	Trabalhista	Cível	Total																																																																																																										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	171	6.791	6.962																																																																																																										
Adições	288	6.189	6.477																																																																																																										
Reversões	(38)	(4.229)	(4.267)																																																																																																										
Pagamentos	(158)	(547)	(705)																																																																																																										
Saldo em 30 de junho de 2022	263	8.204	8.467																																																																																																										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.623	16.917	21.540																																																																																																										
Adições	6.392	15.893	22.285																																																																																																										
Reversões	(425)	(2.609)	(3.034)																																																																																																										
Pagamentos	(168)	(4.793)	(4.961)																																																																																																										
Saldo em 30 de junho de 2023	10.422	25.408	35.830																																																																																																										
<p>Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cível</td> <td>44.604</td> <td>136.415</td> </tr> <tr> <td>Trabalhista</td> <td>36.881</td> <td>224.875</td> </tr> <tr> <td>Tributária</td> <td>5.255</td> <td>5.486</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>86.740</td> <td>366.776</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	31/12/2022	Cível	44.604	136.415	Trabalhista	36.881	224.875	Tributária	5.255	5.486	Total	86.740	366.776																																																																																					
	30/6/2023	31/12/2022																																																																																																											
Cível	44.604	136.415																																																																																																											
Trabalhista	36.881	224.875																																																																																																											
Tributária	5.255	5.486																																																																																																											
Total	86.740	366.776																																																																																																											
<p>Perdas possíveis: A Stone Instituição de Pagamento é parte em diversas ações judiciais cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Em adição a atualização da política de contingenciamento, realizada em março de 2023, a Stone Instituição de Pagamento também aprimorou a árvore de classificação de causas raízes dos litígios cíveis. Com a nova metodologia, a Companhia passou a segregor o passivo contendo com base nos produtos ofertados pelo conglomerado Stone Co. Neste sentido, entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam às principais frentes de atuação da Companhia, quais sejam: (i) adquirencia, no montante de R\$ 26.863 em 30 de junho de 2023 (R\$ 61.141 em 31 de dezembro de 2022); (ii) banking, no montante de R\$ 16.168 em 30 de junho de 2023 (R\$ 70.083 em 31 de dezembro de 2022); (iii) crédito, no montante de R\$ 528 em 30 de junho de 2023 (R\$ 2.654 em 31 de dezembro de 2022); (iv) seguros, no montante de R\$ 741 em 30 de junho de 2023 (R\$ 2.041 em 31 de dezembro de 2022) e (v) software, no montante de R\$ 200 em 30 de junho de 2023 (R\$ 497 em 31 de dezembro de 2022). No que tange à Justiça do Trabalho, a Companhia é constantemente acionada em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pela Stone Instituição de Pagamento. Nessas respectivas ações são encontrados dois pedidos recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras. O valor dos pedidos constantes nestas reclamações é arbitrado pelos próprios ex-colaboradores quando do ajuizamento do processo; no entanto, o montante das possíveis contingências corresponde a uma fração deste valor. Os cálculos desta proporção consideram o histórico de condenações da companhia cuja variação poderá ocorrer nos termos das decisões judiciais proferidas ao longo do processo. Órgãos regulador: Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone Instituição de Pagamento. Ativos contingentes: Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.</p>																																																																																																													
<p>19.5 Provisão para pagamentos a efetuar</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários e encargos</td> <td>176.877</td> <td>141.397</td> </tr> <tr> <td>Consultoria e assessoria</td> <td>12.167</td> <td>16.835</td> </tr> <tr> <td>Credenciamento</td> <td>11.820</td> <td>9.982</td> </tr> <tr> <td>Captura Wireless</td> <td>11.713</td> <td>12.808</td> </tr> <tr> <td>Licença de software</td> <td>11.478</td> <td>13.063</td> </tr> <tr> <td>Serviços de cloud</td> <td>10.115</td> <td>9.269</td> </tr> <tr> <td>Publicidade e propaganda</td> <td>8.239</td> <td>20.232</td> </tr> <tr> <td>Bandeiras</td> <td>7.507</td> <td>6.162</td> </tr> <tr> <td>Reparos e manutenções</td> <td>6.938</td> <td>16.842</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>51.710</td> <td>51.710</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>289.317</td> <td>297.300</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	31/12/2022	Salários e encargos	176.877	141.397	Consultoria e assessoria	12.167	16.835	Credenciamento	11.820	9.982	Captura Wireless	11.713	12.808	Licença de software	11.478	13.063	Serviços de cloud	10.115	9.269	Publicidade e propaganda	8.239	20.232	Bandeiras	7.507	6.162	Reparos e manutenções	6.938	16.842	Outros	51.710	51.710	Total	289.317	297.300																																																																
	30/6/2023	31/12/2022																																																																																																											
Salários e encargos	176.877	141.397																																																																																																											
Consultoria e assessoria	12.167	16.835																																																																																																											
Credenciamento	11.820	9.982																																																																																																											
Captura Wireless	11.713	12.808																																																																																																											
Licença de software	11.478	13.063																																																																																																											
Serviços de cloud	10.115	9.269																																																																																																											
Publicidade e propaganda	8.239	20.232																																																																																																											
Bandeiras	7.507	6.162																																																																																																											
Reparos e manutenções	6.938	16.842																																																																																																											
Outros	51.710	51.710																																																																																																											
Total	289.317	297.300																																																																																																											
<p>20. Patrimônio líquido - 20.1 Capital social: Em 02 de janeiro de 2023 a Stone Holding Instituições S.A. passou a ser a nova controladora direta da Companhia com a Conferência de Ações da DLP Capital LLC. Em 11 de julho de 2023 a Stone Instituição de Pagamento S.A. recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 31 de maio de 2023, no valor total de R\$ 200.000, mediante a emissão de 200.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Holding Instituições S.A. em junho de 2023. Em 30 de junho de 2023 o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.069.445, representado por 355.667.135 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 155.667.136 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022. Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. 20.2 Reserva de capital: No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Stone Instituição de Pagamento constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 83.093, totalizando R\$ 346.302 (R\$ 260.814 em 30 de junho de 2022), destinada para a remuneração baseada em ações (Nota 31). 20.3 Reserva legal: Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Stone Instituição de Pagamento constituiu reserva legal no montante de R\$ 13.643 em 30 de junho de 2023 (Não constituída em 30 de junho de 2022 por conta do prejuízo do período), totalizando R\$ 63.612 (R\$ 49.969 em 30 de junho de 2022). 20.4 Reserva de lucros: Em 30 de junho de 2023, a Stone Instituição de Pagamento constituiu reserva de lucros no montante de R\$ 194.412 (Não constituída em 30 de junho de 2022 por conta do prejuízo do período), totalizando R\$ 394.307 (R\$ 116.765 em 30 de junho de 2022). 20.5 Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. O montante de dividendos que será distribuído para o período é de R\$ 54.804. 20.6 Outros resultados abrangentes: Em 30 de junho de 2023 houve a constituição de R\$ 2.085 em outros resultados abrangentes (R\$ 30 de junho de 2022 referente a ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa (Nota 5.3.1)). O montante total em 30 de junho de 2023 em outros resultados abrangentes é de R\$ (116.573) (R\$ (118.658) em 31 de dezembro de 2022).</p>																																																																																																													
<p>21. Receitas operacionais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>30/6/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços</td> <td>919.574</td> <td>740.073</td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços</td> <td>(104.420)</td> <td>(83.931)</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços</td> <td>815.154</td> <td>656.142</td> </tr> <tr> <td>Receita de aluguel de equipamentos</td> <td>222.322</td> <td>254.301</td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos</td> <td>(20.565)</td> <td>(230.778)</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida de aluguel de equipamentos</td> <td>201.757</td> <td>23.523</td> </tr> <tr> <td>Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento</td> <td>1.612.059</td> <td>1.077.618</td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento</td> <td>(74.961)</td> <td>(49.736)</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento</td> <td>1.537.098</td> <td>1.027.882</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.554.009</td> <td>1.914.802</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	30/6/2022	Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	919.574	740.073	Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(104.420)	(83.931)	Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	815.154	656.142	Receita de aluguel de equipamentos	222.322	254.301	Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(20.565)	(230.778)	Receita líquida de aluguel de equipamentos	201.757	23.523	Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.612.059	1.077.618	Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(74.961)	(49.736)	Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.537.098	1.027.882	Total	2.554.009	1.914.802																																																																			
	30/6/2023	30/6/2022																																																																																																											
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	919.574	740.073																																																																																																											
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(104.420)	(83.931)																																																																																																											
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	815.154	656.142																																																																																																											
Receita de aluguel de equipamentos	222.322	254.301																																																																																																											
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(20.565)	(230.778)																																																																																																											
Receita líquida de aluguel de equipamentos	201.757	23.523																																																																																																											
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.612.059	1.077.618																																																																																																											
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(74.961)	(49.736)																																																																																																											
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.537.098	1.027.882																																																																																																											
Total	2.554.009	1.914.802																																																																																																											
<p>22. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>30/6/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cessão definitiva</td> <td>(1.585.190)</td> <td>(1.105.498)</td> </tr> <tr> <td>Cessão com retenção de riscos e benefícios</td> <td>(56.949)</td> <td>(132.963)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(1.642.139)</td> <td>(1.238.461)</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	30/6/2022	Cessão definitiva	(1.585.190)	(1.105.498)	Cessão com retenção de riscos e benefícios	(56.949)	(132.963)	Total	(1.642.139)	(1.238.461)																																																																																								
	30/6/2023	30/6/2022																																																																																																											
Cessão definitiva	(1.585.190)	(1.105.498)																																																																																																											
Cessão com retenção de riscos e benefícios	(56.949)	(132.963)																																																																																																											
Total	(1.642.139)	(1.238.461)																																																																																																											
<p>23. Custo dos serviços prestados</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>30/6/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Processamento de dados</td> <td>(141.347)</td> <td>(126.343)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com serviços associados a transações de pagamento</td> <td>(45.064)</td> <td>(32.101)</td> </tr> <tr> <td>Comunicações</td> <td>(44.269)</td> <td>(36.558)</td> </tr> <tr> <td>Transportes</td> <td>(32.603)</td> <td>(22.898)</td> </tr> <tr> <td>Insumos e materiais</td> <td>(27.451)</td> <td>(14.524)</td> </tr> <tr> <td>Reparos e manutenções</td> <td>(21.550)</td> <td>(14.970)</td> </tr> <tr> <td>Outros (a)</td> <td>(19.785)</td> <td>(13.774)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(332.069)</td> <td>(261.168)</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	30/6/2022	Processamento de dados	(141.347)	(126.343)	Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(45.064)	(32.101)	Comunicações	(44.269)	(36.558)	Transportes	(32.603)	(22.898)	Insumos e materiais	(27.451)	(14.524)	Reparos e manutenções	(21.550)	(14.970)	Outros (a)	(19.785)	(13.774)	Total	(332.069)	(261.168)																																																																									
	30/6/2023	30/6/2022																																																																																																											
Processamento de dados	(141.347)	(126.343)																																																																																																											
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(45.064)	(32.101)																																																																																																											
Comunicações	(44.269)	(36.558)																																																																																																											
Transportes	(32.603)	(22.898)																																																																																																											
Insumos e materiais	(27.451)	(14.524)																																																																																																											
Reparos e manutenções	(21.550)	(14.970)																																																																																																											
Outros (a)	(19.785)	(13.774)																																																																																																											
Total	(332.069)	(261.168)																																																																																																											
<p>(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem e etc.</p>																																																																																																													
<p>24. Despesas de pessoal</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>30/6/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários e proventos</td> <td>(287.282)</td> <td>(253.249)</td> </tr> <tr> <td>Encargos sociais</td> <td>(126.010)</td> <td>(101.424)</td> </tr> <tr> <td>Benefícios</td> <td>(124.350)</td> <td>(114.948)</td> </tr> <tr> <td>Pagamento baseado em ação (Nota 31)</td> <td>(52.349)</td> <td>(54.034)</td> </tr> <tr> <td>Treinamentos</td> <td>(4.936)</td> <td>(4.358)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(594.927)</td> <td>(528.013)</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	30/6/2022	Salários e proventos	(287.282)	(253.249)	Encargos sociais	(126.010)	(101.424)	Benefícios	(124.350)	(114.948)	Pagamento baseado em ação (Nota 31)	(52.349)	(54.034)	Treinamentos	(4.936)	(4.358)	Total	(594.927)	(528.013)																																																																															
	30/6/2023	30/6/2022																																																																																																											
Salários e proventos	(287.282)	(253.249)																																																																																																											
Encargos sociais	(126.010)	(101.424)																																																																																																											
Benefícios	(124.350)	(114.948)																																																																																																											
Pagamento baseado em ação (Nota 31)	(52.349)	(54.034)																																																																																																											
Treinamentos	(4.936)	(4.358)																																																																																																											
Total	(594.927)	(528.013)																																																																																																											
<p>25. Despesas administrativas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>30/6/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Publicidade, promoções e relações públicas</td> <td>(69.826)</td> <td>(28.814)</td> </tr> <tr> <td>Serviços técnicos especializados</td> <td>(33.985)</td> <td>(36.308)</td> </tr> <tr> <td>Despesas tributárias (a)</td> <td>(43.713)</td> <td>(29.608)</td> </tr> <tr> <td>Viagens</td> <td>(18.031)</td> <td>(20.689)</td> </tr> <tr> <td>Processamento de dados</td> <td>(21.767)</td> <td>(20.118)</td> </tr> <tr> <td>Aluguéis</td> <td>(15.402)</td> <td>(18.128)</td> </tr> <tr> <td>Eventos internos</td> <td>(3.929)</td> <td>(1.807)</td> </tr> <tr> <td>Comunicações</td> <td>(3.602)</td> <td>(3.973)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de seguros</td> <td>(9.282)</td> <td>(2.976)</td> </tr> <tr> <td>Transportes</td> <td>(4.737)</td> <td>(4.115)</td> </tr> <tr> <td>Serviços do sistema financeiro</td> <td>(2.631)</td> <td>(1.221)</td> </tr> <tr> <td>Manutenção e conservação de bens</td> <td>(1.151)</td> <td>(1.279)</td> </tr> <tr> <td>Serviços de vigilância e segurança</td> <td>(1.343)</td> <td>(1.368)</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(5.148)</td> <td>(3.014)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(234.547)</td> <td>(173.418)</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	30/6/2022	Publicidade, promoções e relações públicas	(69.826)	(28.814)	Serviços técnicos especializados	(33.985)	(36.308)	Despesas tributárias (a)	(43.713)	(29.608)	Viagens	(18.031)	(20.689)	Processamento de dados	(21.767)	(20.118)	Aluguéis	(15.402)	(18.128)	Eventos internos	(3.929)	(1.807)	Comunicações	(3.602)	(3.973)	Despesas de seguros	(9.282)	(2.976)	Transportes	(4.737)	(4.115)	Serviços do sistema financeiro	(2.631)	(1.221)	Manutenção e conservação de bens	(1.151)	(1.279)	Serviços de vigilância e segurança	(1.343)	(1.368)	Outros	(5.148)	(3.014)	Total	(234.547)	(173.418)																																																				
	30/6/2023	30/6/2022																																																																																																											
Publicidade, promoções e relações públicas	(69.826)	(28.814)																																																																																																											
Serviços técnicos especializados	(33.985)	(36.308)																																																																																																											
Despesas tributárias (a)	(43.713)	(29.608)																																																																																																											
Viagens	(18.031)	(20.689)																																																																																																											
Processamento de dados	(21.767)	(20.118)																																																																																																											
Aluguéis	(15.402)	(18.128)																																																																																																											
Eventos internos	(3.929)	(1.807)																																																																																																											
Comunicações	(3.602)	(3.973)																																																																																																											
Despesas de seguros	(9.282)	(2.976)																																																																																																											
Transportes	(4.737)	(4.115)																																																																																																											
Serviços do sistema financeiro	(2.631)	(1.221)																																																																																																											
Manutenção e conservação de bens	(1.151)	(1.279)																																																																																																											
Serviços de vigilância e segurança	(1.343)	(1.368)																																																																																																											
Outros	(5.148)	(3.014)																																																																																																											
Total	(234.547)	(173.418)																																																																																																											
<p>(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.</p>																																																																																																													
<p>26. Despesas de provisões</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>30/6/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 11)</td> <td>(22.735)</td> <td>(37.942)</td> </tr> <tr> <td>Reversão (provisão) para perdas operacionais</td> <td>(42.093)</td> <td>12.391</td> </tr> <tr> <td>Provisão para contingências (Nota 19.4)</td> <td>(19.251)</td> <td>(2.210)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(107)</td> <td>(27.761)</td> </tr> </tbody> </table>											30/6/2023	30/6/2022	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 11)	(22.735)	(37.942)	Reversão (provisão) para perdas operacionais	(42.093)	12.391	Provisão para contingências (Nota 19.4)	(19.251)	(2.210)	Total	(107)	(27.761)																																																																																					
	30/6/2023	30/6/2022																																																																																																											
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 11)	(22.735)	(37.942)																																																																																																											
Reversão (provisão) para perdas operacionais	(42.093)	12.391																																																																																																											
Provisão para contingências (Nota 19.4)	(19.251)	(2.210)																																																																																																											
Total	(107)	(27.761)																																																																																																											
<p>27. Outras receitas operacionais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>30/6/2023</th> <th>30/6/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Recuperação de perdas operacionais</td> <td>7.504</td> <td>6.727</td> </tr> <tr> <td>Variação monetária ativa</td> <td>6.375</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Variação cambial ativa</td> <td>5.699</td> <td>2.238</td> </tr> <tr> <td>Descontos obtidos</td> <td>139</td> <td>2.121</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>118</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>19.831</td> <td>11.086</td></tr></tbody></table>											30/6/2023	30/6/2022	Recuperação de perdas operacionais	7.504	6.727	Variação monetária ativa	6.375	—	Variação cambial ativa	5.699	2.238	Descontos obtidos	139	2.121	Outros	118	—	Total	19.831	11.086																																																																															
	30/6/2023	30/6/2022																																																																																																											
Recuperação de perdas operacionais	7.504	6.727																																																																																																											
Variação monetária ativa	6.375	—																																																																																																											
Variação cambial ativa	5.699	2.238																																																																																																											
Descontos obtidos	139	2.121																																																																																																											
Outros	118	—																																																																																																											
Total	19.831	11.086																																																																																																											

... continuação

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. **Principais operações com partes relacionadas: Valores a receber de sociedades ligadas:** Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos referem-se substancialmente a ramos de despesas devidas. **Valores a pagar a sociedades ligadas:** Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Stone SCD e o FIDC Tapso, pagaram antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Instituição de Pagamento aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se subrogou em seus direitos, se tornando os novos credores da Stone Instituição de Pagamento. **Contas a pagar a estabelecimentos:** Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a maior parte do saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadiquência de estabelecimentos comerciais, com a Stone Instituição de Pagamento sendo o principal veículo de aquisição utilizado por ela. **Depósitos:** Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação. **Receitas:** No semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me. **Despesas:** No semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso de licenças de software operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., serviços de armazenamento e triagem de equipamentos pela Stone Logística Ltda. e software de gestão de recebimentos realizados pela Equals. A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 20.407 (R\$ 45.250 em 30 de junho de 2022). **31. Pagamento baseado em ações** – A Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas ("UARs") e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. Como parte do seu plano de incentivo de longo prazo, em 2022 a Companhia concedeu prêmios de Unidades de Ações de Desempenho ("UADs"). Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido e dão aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico. As UADs concedidas não resultam na entrega de ações aos beneficiários e expiram se a condição mínima de desempenho não for atendida. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa de remuneração é reconhecida durante o período de carência. A condição de desempenho é considerada para estimar o valor justo na data de outorga e da quantidade de UADs que se espera emitir, com base em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativa de padrões de desempenho que possam ocorrer. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativa de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. Para estimar o número de prêmios que são considerados adquiridos para fins contábeis, foi considerado exclusivamente se a condição de serviço foi atendida, mas o alcance das metas RTA é ignorado. Mesmo assim, se as metas de RTA não forem alcançadas, a despesa será reconhecida e não revertida para as UADs para as quais a condição de serviço foi atendida. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As movimentações ocorridas de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	UARs	UADs	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.596.836	—	25.572	5.622.408
Outorgadas	3.110.461	2.930.687	—	6.041.148
Emittidas	(283.904)	—	—	(283.904)
Transferências entre empresas do grupo	(32.118)	—	—	(32.118)
Canceladas	(135.903)	—	—	(135.903)
Saldo em 30 de junho de 2022	8.255.372	2.930.687	25.572	11.211.631
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.871.276	2.890.840	25.572	9.787.688
Outorgadas	2.448.878	100.459	—	2.549.337
Emittidas	(288.380)	—	—	(288.380)
Transferências entre empresas do grupo	(893.821)	(767.712)	—	(1.661.533)
Canceladas	(1.201.391)	(19.231)	—	(1.220.622)
Saldo em 30 de junho de 2023	6.936.562	2.204.356	25.572	9.166.490

No semestre findo em 30 de junho de 2023, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 52.349 (R\$ 54.030 no semestre findo em 30 de junho de 2022). No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Stone Instituição de Pagamento registrou na reserva de capital o montante de R\$ 83.093 (R\$ 65.602 no semestre findo em 30 de junho de 2022) para a distribuição de remuneração baseada em ações. **32. Gerenciamento de riscos** – A área de Gestão de Riscos é liderada pelo CRO (Chief Risk Officer) e formada pelas equipes Antifraude, ERM (Enterprise Risk Management), Gestão de Capital, Risco de Crédito, Risco Operacional, Segurança da Informação, entre outras. A área é responsável pela

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e pela estrutura de gerenciamento de capital. Assessora o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva quanto aos níveis de riscos que a instituição está disposta a assumir, a capacidade de a instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos da instituição e as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua. A Companhia possui a Política de Gestão Integrada de Riscos, que estabelece papéis e responsabilidades a serem observados no gerenciamento de riscos e de capital, bem como os modelos, metodologias, limites e procedimentos do referido processo. As atividades da área permitem a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS (Risk Appetite Statement). A área de Gestão de Riscos reporta periodicamente ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva por meio de Comitês de Riscos e Comitês Executivos. As estruturas de gerenciamento de riscos podem ser assim resumidas: **32.1 Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições devedoras da Companhia. **Risco de variação das taxas de juros:** é o risco de perdas resultante de movimentações adversas das taxas de juros, sendo resultado do descaimento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. **Risco cambial:** é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio. A Companhia dispõe de estrutura para monitoramento do Risco de Mercado e conta com o departamento de Tesouraria para gerenciar essas exposições, a fim de minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do negócio. **32.2 Risco de liquidez:** é o risco de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de descaimento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um nível de caixa seguro. **32.3 Risco de crédito:** é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da Stone Instituição de Pagamento, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. A Companhia dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por: **Emissores:** a área de Controle de Risco Financeiro realiza o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor, e estabelece parâmetros de avaliação, de acordo com a classificação e porte das contrapartes. Os bancos emissores são classificados em três categorias: (i) "Top 5", que são as instituições pertencentes aos seguintes conglomerados prudenciais: Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.; (ii) Emissores que figuram como devedores nos FIDCs; e (iii) demais emissores. O acompanhamento semanal inclui a exposição em aberto junto aos emissores, a avaliação da concentração dos bancos classificados como Top 5, FIDCs e quatro maiores instituições da categoria de demais emissores, e o detalhamento dos fluxos financeiros a vencer por emissor, nos principais vértices dos valores financeiros a receber. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone Instituição de Pagamento realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancoscessionários com quem a Companhia tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros. **Subcredenciadores:** a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos ("TPV") e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de chargeback e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecípavel) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pela Companhia), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone Instituição de Pagamento tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados a Companhia são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos da Companhia são devidamente repassados aos usuários finais recebedores. **Demais riscos de crédito:** a identificação dos demais riscos de crédito é realizada pela área de Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de "agenda negativa" em que o volume de chargeback e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pela Companhia ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco

de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do chargeback. **32.4 Gerenciamento de capital:** a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o nível de capital mantido, seguindo os requerimentos da Circular BACEN nº 3.681/13. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN e vigente na data de referência desta publicação. Nos termos do art. 9º da Circular BACEN nº 3.681/13, as instituições emissoras ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses. Nos termos do art. 10º do mesmo normativo, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. A atuação da Stone Instituição de Pagamento abrange as modalidades de credenciadora e de emissora de moeda eletrônica, conforme definições constantes no art. 3º, III da Resolução BCB nº 80. O patrimônio líquido da Stone Instituição de Pagamento é de 1.757.093, superior a 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses. Vale destacar que, a partir de 01 de julho de 2023, um novo arcabouço regulatório entra em vigor trazendo aperfeiçoamentos na gestão de capital. É instituído o conceito de conglomerado prudencial, alterada a metodologia de cálculo e aplicados novos limites mínimos exigidos. O Conglomerado Prudencial que a Stone Instituição de Pagamento é líder também está preparado para cumprir os mínimos exigidos por estas novas regras. **32.5 Risco operacional:** é a possibilidade da ocorrência de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; d) práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação ("TI"); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamentos conforme a Resolução BCB nº 265/22. **32.6 Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que: **•** Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de TI ou a informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou **•** Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confiabilidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução BCB nº 85/21. **32.7 Compliance:** o time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução BCB nº 65/21 e boas práticas de mercado. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço regulatório, às recomendações dos órgãos de supervisão, bem como aos normativos internos da Companhia por meio das atividades de avaliações de compliance. Ademais, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Stone Instituição de Pagamento nos termos da Circular BACEN nº 3.978/20 e alterações, além de zelar pela gestão do Código de Conduta e Ética da Instituição e prestar suporte e atendimento ao Canal de Denúncias disponível através de canais internos e externos amplamente divulgados pela organização. **32.8 Controles internos:** a área de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia, conforme diretrizes da Resolução BCB nº 260/22. As principais atividades da área de controles internos são: **•** Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para monitorar e mitigar os eventos de riscos financeiros, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos; **•** Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de riscos novos ou anteriormente não identificados; **•** Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados por auditorias; **•** Reportar deficiências de controle relevantes associadas, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

A Diretoria
Camila Del Poente – Contadora - CRC 1SP 290.887/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Stone Instituição de Pagamento S.A. | São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.16.1, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. Em 30 de junho de 2023, o saldo de contas a receber de emissores e a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 18.173.333 mil e R\$ 815.154 mil, respectivamente, e a receita líquida de aluguel de equipamentos totalizou R\$ 201.757 mil e a

receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizou R\$ 1.537.098 mil. Em razão da relevância do processo de reconhecimento de receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações ocorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos ao cliente de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida com um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 6 e 21. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 6 e 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034.519/0

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador
CRC-SP 300.534/0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/08/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Kali Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. **Data, hora e local:** No dia 22 de fevereiro de 2022, às 16:00 horas, realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França, CEP 02337-080. 2. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento nº 01, anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber, Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. 3. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Kali Empreendimentos e Participações S.A.**; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. 6. **Deliberações:** 6.1 Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Kali Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080. 6.2 Aprovar o capital social inicial de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), representado por 750 (setecentos e cinquenta ações) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10% (dez por cento), tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 75,00 (cento e cinquenta reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. 6.3 Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Kali Empreendimentos e Participações S.A.** em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 6.4 Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, brasileiro, natural do município de São Paulo, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob nº 366.209.668.45, com endereço residencial na Rua Feliciano Bicudo, 111 – Vila Pauliceia – CEP 02301-020, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, brasileira, natural do município de São Paulo, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, estudante, portadora da cédula de identidade RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e titular do CPF nº 352.021.748-10 com endereço residencial na Rua Feliciano Bicudo, 111 – Vila Pauliceia – CEP 02301-020, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 6.5 Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 8. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. **Estatuto Social. Kali Empreendimentos e Participações S.A. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto.** Artigo 1º. A **Kali Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º. A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. Os jornais que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o Diário Oficial do Estado e o jornal Data Mercantil. Artigo 5º. A Companhia iniciará suas atividades em 22 de fevereiro de 2022, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações.** Artigo 6º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), dividido em 750 (setecentos e cinquenta ações) ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à institui-

ção financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada em modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º. Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cauteles. Parágrafo Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º. O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9º. A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração.** Artigo 10º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11º. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas à sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunirá-se preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, inscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º. Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º. A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do

ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 (dois) Diretores, em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 2 (dois) mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral.** Artigo 14º. A Assembleia Geral reunirá-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** Artigo 15º. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros.** Artigo 16º. O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação.** Artigo 20º. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.595.238 em 27/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Companhia Acreana de Participações

CNPJ/ME nº 08.293.965/0001-21 - NIRE 35.300.333.268

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas da **Companhia Acreana de Participações**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob nº 08.293.965/0001-21, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Casa do Ato, nº 1117, 1º andar, sala 111, Vila Olímpia, CEP 04546-004 (“Companhia”) para se reunirem no dia 07 de setembro de 2023, às 10:00 horas, em assembleia geral extraordinária a ser realizada na sede da Companhia (“Assembleia”), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) autorização para que a Companhia figure como Devedora Solidária em quaisquer operações celebradas entre o Banco Fidis S.A., instituição financeira de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 62.237.425/0001-76 e a sociedade Pontanegra Automóveis Ltda., inscrita no CNPJ 40.757.908/0001-69; (ii) autorização para que a Companhia preste quaisquer garantias vinculadas às referidas operações, sejam elas reais ou fidejussórias; (iii) substituição e eleição de novos membros do Conselho de Administração; e (iv) outros assuntos de interesse da Companhia, tais como a autorização da lavratura da presente ata. Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico eduardo.farias@grupofarias.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 30 de agosto de 2023. **Eduardo José de Farias**, Presidente. (30, 31/08 e 01/09/2023)

Fazenda Palmeiras do Ricardo S.A.

CNPJ/ME nº 61.206.314/0001-30 - NIRE 35.3.00036531

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de agosto de 2023

Para os fins do art. 174 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a administração da **Fazenda Palmeiras do Ricardo S.A.** (“Companhia”) informa que, em 17 de agosto de 2023, foi aprovado pela acionista representando a totalidade do capital social da Companhia a redução do capital social da Companhia, devido ao capital social da Companhia ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, de R\$ 14.806.905,00 (quatorze milhões oitocentos e seis mil e novecentos e cinco reais) para R\$ 13.097.896,83 (treze milhões noventa e sete mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos), com uma redução efetiva, portanto, de R\$ 1.709.008,17 (um milhão setecentos e nove mil e oito reais e dezesseis centavos), a ser realizada mediante o cancelamento de 1.707.421 (um milhão setecentos e sete mil quatrocentas e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia. A referida redução foi deliberada em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, cuja cópia encontra-se à disposição dos interessados para consulta na sede social da Companhia. Tal redução será efetivada por meio da alteração do estatuto social da Companhia, a ser levada a registro ao final do prazo legal de 60 (sessenta) dias a contar desta publicação, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, desde que não ocorram manifestações contrárias de eventuais interessados, na qualidade de credores quirografários, por título líquido anterior a esta data. São Paulo, 17/08/2023.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2023

1. **Data, Local e Hora:** Aos 27 dias do mês de julho de 2023, às 15 horas, na sede social da **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**, localizada na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), km 183 + 800 metros, CEP 16.404-109, Caixa Postal 844 (“Companhia”). 2. **Membros Presentes:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli e Sr. João Villar Garcia. 3. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu a Sra. Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi para secretária. 4. **Ordem do Dia:** Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia em razão da mudança do endereço da sede social da Companhia de Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), km 183+800 metros, CEP 16.400-972 para Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, CEP 16.400-040, na cidade de Lins, Estado de São Paulo, nos termos do art. 23, “ii”, do Estatuto Social. 5. **Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a reforma do Estatuto Social, a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária, conforme minuta anexa. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, uma vez lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Lins, 27 de julho de 2023. **Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente/Conselheiro; **João Villar Garcia** – Conselheiro; **Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 349.228/23-1 em 28/08/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (“Companhia” ou “Transbrasiliana”)

Ata da Reunião de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 31 de julho de 2023, às 10:00 horas, na sede social da **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**, localizada na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), km 183 + 800 metros, CEP 16.404-109, Caixa Postal 844 (“Companhia”). 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. 3. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu a Sra. Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi para secretária. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a proposta de alteração da sede social da Companhia; (ii) a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 5. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e § 2º da Lei das Sociedades por Ações e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: 5.1. Com relação ao item (i) da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia; 5.2. Com relação ao item (ii) da ordem do dia, aprovar, por unanimidade, em razão da deliberação realizada no item acima, a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigor com a seguinte redação: “Artigo 2º. A Companhia tem a sua sede e foro na cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, CEP 16.400-040, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.” 5.3. Com relação ao item (iii) da ordem do dia e, em razão da deliberação do item acima, aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 5.4. Diante das deliberações acima, a Acionista resolve ratificar todas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia não expressamente alteradas por este instrumento e consolidá-lo, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar conforme redação constante do Anexo I à presente Ata, que dela passa a fazer parte integrante. 5.5. Por fim, a Acionista da Companhia autorizou que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. 6. **Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual após lida seus termos, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; e Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi – Secretária. **Acionista:** BRVias Holding TBR S.A. (por Dorival Pagani Júnior e André Galhardo de Camargo – Diretores). **Confere com a original lavrada em livro próprio.** Lins, 31 de julho de 2023. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 349.229/23-5 em 28/08/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/08/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Gengibre Administração e Participações S.A.			
CNPJ nº 10.596.786/0001-05			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios em 01/01/2022 a 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Nome	Saldo atual	Nome	Período atual
Ativo	6.238.890,72	Receita bruta	927.130,19
Ativo circulante	5.624.948,63	(-) Deduções da receitas	(26.503,22)
Disponibilidades	1.967.583,86	(=) Resultado operacional bruto	900.626,97
Caixa	27.566,81	Resultado operacional líquido	900.626,97
Bancos conta movimento	1,00	Despesas operacionais	(98.068,89)
Aplicações de liquidez		Lucro operacional bruto	802.558,08
imediate - FAF	1.940.016,05	Lucro antes do IRPJ e CSLL	802.558,08
Direitos realizáveis a curto prazo	3.657.364,77	(-) IRPJ	(47.253,56)
Adiantamentos	36.000,00	(-) CSLL	(27.653,88)
Estoques	3.621.364,77	Resultado não operacional	0,00
Ativo não circulante	613.942,09	Lucro operacional líquido	727.650,64
Ativo realizável a longo prazo	64.953,90		
Empréstimos a receber longo prazo	64.953,90		
Imobilizado	548.988,19		
Bens e direitos em uso	548.988,19		
Nome	Saldo atual		
Passivo	6.238.890,72		
Passivo circulante	239.852,61		
Fornecedores nacionais	125.000,00		
Fornecedores diversos a pagar	125.000,00		
Empréstimos e financiamentos	101.074,52		
Empréstimos a pagar	101.074,52		
Obrigações tributárias	13.778,09		
Impostos retidos a recolher	100,67		
Impostos e contribuições s/ receitas	13.677,42		
Passivo não circulante	577.000,00		
Empréstimos e financiamentos	577.000,00		
Empréstimos a pagar longo prazo	577.000,00		
Patrimônio líquido	5.422.038,11		
Capital	1.219.658,00		
Capital social	1.219.658,00		
Reservas	3.474.729,47		
Reservas de lucros	3.474.729,47		
Resultado do exercício	727.650,64		
Apuração do resultado	727.650,64		

Tykinv Administração e Participações S.A.			
CNPJ nº 12.859.355/0001-10			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios em 01/01/2022 a 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Nome	Saldo atual	Nome	Período atual
ATIVO	8.177.586,30	Receita bruta	1.989.522,80
Ativo circulante	7.502.017,76	(-) Deduções da receitas	(37.179,67)
Disponibilidades	4.868.138,49	(=) Resultado operacional bruto	1.952.343,13
Caixa	246,03	Resultado operacional líquido	1.952.343,13
Bancos conta movimento	1,00	Despesas operacionais	(73.634,74)
Aplicações de liquidez imediata - FAF	4.867.891,46	Lucro operacional bruto	1.878.708,39
Direitos realizáveis a curto prazo	2.633.879,27	Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.878.708,39
Adiantamentos	36.947,46	(-) IRPJ	(124.092,30)
Estoques	2.596.931,81	(-) CSLL	(53.313,23)
Ativo não circulante	675.568,54	Lucro operacional líquido	1.701.302,86
Ativo realizável a longo prazo	34.990,97		
Empréstimos a receber longo prazo	34.990,97		
Imobilizado	640.577,57		
Bens imoveis	640.577,57		
Nome	Saldo atual		
PASSIVO	8.177.586,30		
Passivo circulante	1.582.875,50		
Fornecedores nacionais	256.896,46		
Fornecedores diversos a pagar	125.000,00		
Fornecedores serviços p.J.	131.896,46		
Empréstimos e financiamentos	1.292.388,31		
Empréstimos a pagar	1.292.388,31		
Obrigações tributárias	32.690,73		
Impostos retidos a recolher	1.578,30		
Impostos e contribuições s/receitas	31.112,43		
Contas a pagar	900,00		
Demais contas a pagar	900,00		
Passivo não circulante	928.754,90		
Empréstimos e financiamentos	928.754,90		
Empréstimos a pagar longo prazo	928.754,90		
Patrimônio líquido	5.665.955,90		
Capital	488.278,00		
Capital social	488.278,00		
Reservas	3.476.375,04		
Reservas de lucros	3.476.375,04		
Resultado do exercício	1.701.302,86		
Apuração do resultado	1.701.302,86		

Auto Americano S/A Distribuidor de Peças					
CNPJ/MF nº 61.393.062/0001-03					
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)					
Srs. Acionistas temos a satisfação de submeter a apreciação de V.Sas., às Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborada na forma da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC, relativas aos períodos findo em 31/12/2022 e de 2021.					
Balanço Patrimonial			Demonstrações do Resultado		
	2022	2021		2022	2021
Ativo/Ativo Circulante	31.647	28.476	Passivo/Passivo Circulante	10.439	9.018
Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras	201	923	Fornecedores Nacionais	5.739	5.909
Contas a Receber	8.573	8.276	Contas a Pagar	411	72
Estoques	22.693	19.145	Obrigações Tributárias e Trabalhistas	1.835	1.776
Outros Créditos	180	132	Empréstimos e Financiamentos	2.454	1.261
Ativo Não Circulante	1.422	1.478	Passivo não Circulante	6.628	5.238
Realizável a L. Prazo	3	3	Empréstimos e Financiamentos	2.138	1.959
Investimentos	105	175	Parcelamentos de Impostos	-	-
Imobilizado	1.271	1.254	Contas a Pagar	4.490	3.279
Intangível	43	46	Patrimônio Líquido	16.002	15.698
Total do Ativo	33.069	29.954	Capital Social	11.000	11.000
			Reservas de Lucros	5.002	4.698
			Total do Passivo	33.069	29.954
Notas Explicativas			Demonstrações do Fluxo de Caixa		
A Auto Americano S/A Distribuidor de Peças é uma sociedade anônima a qual tem sua sede social na capital do Estado de SP. A Companhia tem por objeto o comércio e distribuição por atacado de peças e acessórios para veículos automotores. A sociedade possui operações em outros estados brasileiros.			2022		
Resumo das Principais Diretrizes Contábeis: As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. a) O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência proveniente da venda de produtos; b) Ativo Circulante apresentado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos ou, no caso de despesas de períodos seguintes ao valor de custo; c) Ativos não circulantes foram demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis os quais não estão ajustados ou corrigidos monetariamente. Em relação aos investimentos são relativos às propriedades p/investimentos avaliados pelo custo menos depreciação. A depreciação de bens de Imobilizado é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens; d) Passivo circulante e não circulante demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos encargos incorridos. e) Patrimônio Líquido demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado no exercício social.			2021		
			Lucro Líquido do Período		
			Depreciações e Amortizações		
			Lucro Líquido Ajustado		
			Aum./Red. nos Ativos Operacionais		
			Aum./Red. nos Passivos Operacionais		
			Atividades de Investimentos		
			Atividades de Financiamentos		
			Aum./Red. de Caixa no Período		
			Disponibilidade no Início do Período		
			Disponibilidade no Final do Período		
			Aumento/Redução Caixa ou Equivalente de Caixa		
			Diretoria		
			Renato A. Giannini Walter Brancaglioni		
			Contadora		
			Ione Manuely Mendes CRC 1SP 232.130/O-4		

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/08/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

